

COLETIVO REGINA PINHO: UMA EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

VIVIANE RAMIRO²

PAULO MARCELO DE SOUZA³

Resumo

Nos últimos anos, as mulheres camponesas ganharam visibilidade política no cenário nacional. No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a participação política das mulheres é fruto de uma política de gênero adotada visando à criação de espaços para a participação delas, tanto nas instâncias desse Movimento, quanto nos espaços de decisão dos acampamentos e assentamentos rurais, com o apoio de mediadores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Neste trabalho, enfocamos a configuração do Coletivo Regina Pinho no assentamento Zumbi dos Palmares, no município de Campos dos Goytacazes, interior do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender os sentidos adquiridos por essa experiência. Este estudo se baseia na análise documental no contexto da metodologia qualitativa. Ademais, após revisão de literatura, foram analisados documentos inerentes à problemática enfocada neste trabalho. Para tanto, enfocamos o percurso formativo desse Coletivo no período de 2009 a 2016. Os dados analisados contribuem com reflexões sobre as iniciativas organizativas das mulheres no Zumbi dos Palmares e suas implicações para os direitos de cidadania delas. Assim, evidenciamos o percurso formativo desse grupo como uma ferramenta política de mulheres assentadas nesse território.

Palavras chaves: Mulheres; Política; MST.

Abstract

In recent years, peasant women have gained political visibility on the national scene. In the Landless Rural Workers' Movement (MST), women's political participation is the result of a gender policy adopted to create spaces for their participation, both in the Movement's bodies and in decision-making spaces in the camps and rural settlements, with the support of mediators such as the Pastoral Land Commission (CPT). In this paper, we focus on the configuration of the Regina Pinho Collective in the Zumbi dos Palmares settlement, in the municipality of Campos dos Goytacazes, in the interior of the state of Rio de Janeiro, with the aim of understanding the meanings acquired by this experience. This study is based on documentary analysis in the context of qualitative methodology. In addition, after reviewing the literature, documents inherent to the problem focused on in this work were analyzed. To this end, we focused on the formative journey of this Collective from 2009 to 2016. The data analyzed contributes to reflections on women's organizational initiatives in Zumbi dos Palmares and their implications for women's citizenship rights. In this way, we highlight the formative path of this group as a political tool for women settled in this territory.

Keywords: Women; Politics; MST.

² UENF

³ UENF

Introdução

No Brasil, a década de 1980 do século XX tem sido apontada como marco da participação das mulheres rurais em “espaços da política” (Deere, 2004). Nessa perspectiva, os sindicatos e os movimentos sociais conferiram visibilidade política às iniciativas organizativas de mulheres, pois é nesse contexto que surgem:

O Movimento de Mulheres Agricultura (MMC-SC) em 1984, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985, Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/FETAGRO) em 1985, A Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste e do Sertão Central de Pernambuco em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Sergipe (MMTR-SE), a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu (AMQCM) em 1989, atualmente Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB) e finalmente a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e (CNMTR-CONTAG) em 1995. (Navarro, 1996 apud Bordalo, 2011, p. 58-9).

Sendo assim, o engajamento político das mulheres trabalhadoras rurais em espaços de participação política estaria relacionado ao processo de ampliação de sua consciência política, impulsionado nos debates dos sindicatos rurais e nos movimentos sociais, no contexto de redemocratização do país.

No campo acadêmico, a produção de literatura sobre a condição das mulheres trabalhadoras rurais permitiu questionar “a invisibilidade das contribuições econômicas das mulheres, seu caráter auxiliar evidenciando como os laços familiares se tornam mecanismos de reprodução hierárquica e de submissão entre os membros pertencentes a sexos e idades diversas.” (Melo et al., 2008, p. 89). Outra abordagem desse campo de estudo é o “enfoque da trajetória de mulheres que percorrem os caminhos da participação sindical e associativa, aderindo e atuando no interior dos movimentos sociais.” (Cappellin, 1987, p. 91).

A partir dos anos de 1990, as análises sobre gênero influenciaram a produção de pesquisas referentes a problemáticas, como o direito à posse da terra pelas mulheres, a divisão do trabalho no campo, a participação política nos movimentos camponeses, assim como as políticas públicas para a geração de trabalho e renda (Deere, 2004).

O trabalho realizado por Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008) discute aspectos das relações de gênero no âmbito dos assentamentos rurais para ressaltar a atuação política de lideranças femininas na luta pela terra. Segundo esse estudo,

As mulheres mobilizadas pelo MST que chegam aos acampamentos e aos assentamentos com uma experiência de militância geralmente atuam em trabalho de organização de grupos [e estabelecem] redes com outros espaços de militância. Já as mulheres não engajadas em espaços de militância abrem-se a possibilidade de investimentos na militância, em um contexto de rompimento com a antiga condição de vida, e de proeminência de organização do cotidiano em função de necessidades coletivas existentes no acampamento. (Brumer; Anjos, 2008, p. 225).

Nesse sentido, “o formato organizativo fomentado pelo MST permite a atuação de diferentes agentes externos junto às mulheres Sem-Terra e a contínua oferta por parte destes agentes de uma formação ligada às problemáticas de gênero.” (Brumer; Anjos, 2008, p. 224). Contudo as ações dessas mulheres, por meio de coletivos sociais, em assentamentos rurais, ainda são pouco compreendidas, sobretudo no que diz respeito às ideias que orientam essas experiências. Neste artigo, interessa-nos compreender as ideias que orientam as ações do Coletivo Regina Pinho no Assentamento Zumbi dos Palmares, no período de 2009 a 2016, em que essa experiência surge e se consolida como ferramenta política, desse grupo.

O trabalho fundamenta-se na análise documental de enfoque qualitativo, pois envolve o estudo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes que os sujeitos possuem a respeito do que vivem e de si mesmo (Minayo, 2013). Nesse percurso, também lançamos mão de narrativas de mulheres que integram o Coletivo Regina Pinho para ressaltar os sentidos que elas atribuem às suas vivências coletivas. Assim, o uso dessa ferramenta metodológica permite fazer “emergir não apenas a história da dominação, mas também papéis informais, improvisações e resistências.” (Dias, 1994, p. 374). Ademais, após a pesquisa de revisão bibliográfica, foram utilizadas fontes documentais produzidas pelo MST, além de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O texto está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos o contexto da luta pela terra, do qual emerge o Coletivo Regina Pinho, assim como o perfil das integrantes desse grupo, procurando evidenciar a configuração singular de um grupo de mulheres no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro. Na segunda seção, mapeamos as principais ações desse grupo no período de 2009 a 2016, quando esse grupo surge e se consolida como ferramenta política das mulheres Sem-Terra⁴. Trata-se de identificar a estratégia política desse grupo e suas implicações nesse território. Por fim, discutimos as ideias que orientam esse formato organizativo tendo em vista discutir os sentidos que elas atribuem para essa experiência.

⁴ Utilizamos o termo grifado em maiúsculo tendo, por referência, seu uso como identidade política (Magrini, 2015).

1. Organização de mulheres no Assentamento Zumbi dos Palmares

A década de 1990 representa um novo ciclo de ocupações de terras no território fluminense⁵. De início, esse movimento se limitou à periferia da região canavieira dos municípios de Macaé e Conceição de Macabu. E, posteriormente, essas ocupações passam a ter, como foco, o município de Campos dos Goytacazes (Alentejano, 2005), onde ocorreu o maior número de ocupações e de desapropriações de terra. A região chegou a concentrar o maior número de ocupações de terra⁶ realizadas pelo MST, conforme ilustração do mapa apresentado abaixo.



Figura 1 - Assentamentos do MST criados de 198 a 2008
Fonte: Sesma/Leea/CCH/UENF (2023).

O assentamento Zumbi dos Palmares é considerado uma das principais conquistas do MST nessa região. Nesse território⁷, vivem 506 famílias assentadas, com trabalhadores das mais diversas ocupações e origens, rurais e urbanas⁸.

No processo de desapropriação, essa área foi dividida em cinco núcleos: o primeiro núcleo (Zumbi I) outrora conhecido como Porto dos Pontes, o segundo núcleo (Zumbi II), na localidade Jacarandá; o núcleo 3 (Zumbi III), em São Gregório; o quarto núcleo (Zumbi IV), na localidade de Campelo, pertencentes ao município de Campos dos Goytacazes; e o quinto núcleo (Zumbi V), na localidade de Cajueiro, no município de São Francisco de Itabapoana. (Estruturar, 2006).

5 A agenda política da reforma agrária emerge durante os anos de 1950, no território fluminense, tendo, como principal ator político, a Federação das associações de lavradores do Rio de Janeiro, Falerj (Alentejano, 2005).

6 Entre eles: o acampamento 17 de Abril (Morro do Coco), Claudinha e Neinha (Serrinha), Luís Maranhão (Cambayba), em Campos dos Goytacazes; e o Madre Cristina (Imburi) em São Francisco de Itabapoana.

7 Esse território engloba parte da área de dois municípios: Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. Uma extensão de terras pertencentes ao complexo de fazendas da antiga Usina São João, desapropriada em 1997.

8 São ex-trabalhadora (e)s da usina e moradora (e)s de diferentes bairros e favelas da Região de Campos, assim como de outras regiões do estado do Rio de Janeiro mobilizados pelo MST, além de membros de sindicatos da(o)s trabalhadora(e)s rurais de São Francisco de Itabapoana.

Em seguida, foram formadas associações por núcleo. No núcleo IV também foi criada uma cooperativa visando fomentar a comercialização da produção agrícolas às famílias assentadas. O modelo organizativo proposto pelo Incra tem por base a ideia de associativismo.

Essa estrutura política visa proporcionar uma interlocução formal das entidades externas, órgão governamental e não governamentais; permitir a realização de convênios entre as mesmas; garantir um espaço de debate, planejamento e avaliação coletiva; potencializar a partir de toda (o)s assentada (o)s a gestão política, produtiva, e financeira dos projetos para os assentamentos, regido por um estatuto que explicita os direitos e deveres de cada associado, que passam a ter voz e voto nas reuniões e assembleias da associação. (Esmeraldo, 2013, p. 191).

Ainda no que se refere às instâncias de poder nesse assentamento, é preciso ressaltar que, das representações eleitas para as cinco associações do Zumbi dos Palmares, quatro eram mulheres. Nesse aspecto, Lewin (2005) acrescenta que a elevada participação de mulheres no Zumbi dos Palmares estaria relacionada com o processo de ampliação de sua consciência política, impulsionado nos debates dos sindicatos rurais e nos movimentos sociais, porém o engajamento político nas instâncias de poder, seja nos assentamentos ou do Movimento, ocorre de forma mais efetiva durante as ocupações, quando se reivindica o direito a posse da terra. Ainda assim, nem todos os assentados seguem a lógica organizativa proposta pelo MST (Lewin, 2005). Nesse sentido, após a criação dos assentamentos, haveria um refluxo do processo de mobilização das famílias, inclusive das mulheres, nos acampamentos e nos assentamentos.

Manhães e Pedlowski (2002), tendo por base dados amostrais sobre o papel produtivo das assentadas, apontaram que a participação de mulheres nas instâncias formais de decisão no Zumbi reflete:

(...) em parte, [o fato] dessas possuírem um perfil específico de mulheres separadas, viúvas que se encontravam em ascensão política e econômica dentro do assentamento, construindo seu papel como agricultoras e trabalhadoras rurais, apesar das dificuldades e dos preconceitos enfrentados dentro e fora do assentamento. (Manhães; Pedlowski, 2002, p. 565).

Assim, a trajetória política dessas mulheres é afetada por mecanismos de controle social baseado em lógicas opressoras e hierárquicas. De fato, a criação de mecanismo participativos para as mulheres emerge a partir da pressão das mulheres Sem-Terra, que vivenciam inúmeros problemas em seus cotidianos, como discriminações sociais pautadas lógicas sexistas.

O MST possui uma estrutura política com funções diretivas de âmbito nacional. Nos estados, as instâncias políticas são constituídas por representações regionais, conformando os

denominados setores ou brigadas. Os setores ou brigadas ganham funcionalidade por meio de problemáticas identificadas como temas prioritários para o fortalecimento da luta pela terra, como questões referentes relacionadas à produção agrícola e a educação no/do campo. Apesar dessa estrutura hierárquica, o funcionamento das instâncias políticas desse Movimento se dá de forma fluída, pois refletem também as dinâmicas dos núcleos de base⁹, dos quais podem participar um ou mais membros de famílias acampadas e assentadas.

No Zumbi, há também coletivos sociais, como o grupo de saúde Amor do Campo, formado em 1999, majoritariamente por mulheres adultas e idosas, para a confecção de remédios caseiros utilizados pelas famílias acampadas e assentadas. Além disso, registros documentais indicam a participação delas na oferta de serviços de socioambientais através de mutirões de plantio de mudas de plantas nativas, recuperação de solo degradado, a implantação de cisternas de captação da água de chuva, intercâmbios de agroecologia, cursos de saúde popular e projetos de alfabetização de jovens e adultos (CPT, 2011).

A conformação de um grupo formado exclusivamente por mulheres é mais recente e começa a se desenhar em 2009, quando uma jovem liderança¹⁰ mobilizou algumas lideranças políticas e religiosas¹¹ para discutir a construção de um projeto coletivo que viabilizasse a geração de renda para mulheres assentadas (Entrevista concedida à autora, 2020), contudo essa proposta não teve continuidade devido a divergências políticas entre as participantes.

Em 2012, três lideranças femininas, ligadas a CPT e ao setor de produção do MST, buscaram construir uma agenda de mobilização no Zumbi, no sentido de “[...] debater e buscar possibilidades de acesso a políticas públicas que contribua com a organização das mulheres, a produção de alimentos saudáveis e diversificados, garantir a segurança e soberania alimentar, melhorar a qualidade de vida dos assentados [...].” (Coletivo Regina Pinho, 2014). Esse diálogo contribuiu com a sistematização dos entraves e dos desafios da organização produtiva e política das mulheres nesse assentamento.

No ano seguinte, esse processo político ganhou corpo quando sete assentadas estabeleceram parcerias para criar um canal alternativo para escoar a produção agrícola do Zumbi dos Palmares, com a realização de uma feira agroecológica no Instituto Federal Fluminense (IFF), mas, devido ao assassinato de uma delas, essa experiência também não teve continuidade, dado a onda de medo que tomou conta das famílias assentadas na região¹². Posteriormente, a intervenção do setor de educação do MST¹³ deu um novo gás às ações

9 A exemplo de cooperativas de serviços agrícolas e/ou agroindústrias.

10 Nesse período, essa liderança atuava como monitora de um projeto de alfabetização de jovens e adultos (CPT, 2010).

11 Participaram dessa reunião quatro mulheres do Zumbi IV e uma liderança ligada à cooperativa

12 Entre 2012 e 2015, 4 mulheres foram assassinadas, vítimas de feminicídio nesse território (Martins, 2015).

13 Realizado em parceria com a UFRRJ, no âmbito do curso Especialização/Residência Agrária, entre os anos de 2013 e 2015, por meio de convênio financeiro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), ligado, à época,

desse grupo. Nesse momento, elas forjaram uma identidade coletiva, o denominado Coletivo Regina Pinho. Esse nome foi uma forma de homenagear a agricultora Regina dos Santos Pinho, de 56 anos, assassinada em sua casa, no Zumbi dos Palmares, em fevereiro de 2013. No quadro abaixo destacamos as principais ações realizadas por esse grupo no período delimitado neste artigo (Quadro 1).

Quadro 1 - Ações do Coletivo Regina Pinho, 2009 a 2017

Período	Atividades Realizadas	Atores sociais envolvidos
2009	Reunião de lideranças comunitárias	Copercamp, CPT
2010	Feira Agroecológica	CPT, IFF, MST
2011	Encontro de Mulheres	Cooperar, CPT
2013	Reuniões do grupo de Mulheres	CPT
2014	Encontro de Mulheres Assentadas NF	CPT, MST
2015	Oficina sobre violência gênero	Coletivo Barbaras UFF
2016	Intercâmbio com grupos produtivos de mulheres	Cedro, MST, UFRJ

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Essas ações se configuram em torno de questões como a comercialização de produtos agrícolas e artesanais, assim como agenda formativa na linha de gênero. Elas também construíram uma plataforma política. No ano seguinte, as integrantes desse grupo passam a se reunir com representantes do poder público¹⁴ e participar de espaços de discussão para elaboração de políticas públicas, a exemplo do Fórum de Economia Solidária e da audiência pública que debateu propostas para o fortalecimento da agricultura familiar na região. Devido à crise política e sanitária da pandemia de Covid-19, as atividades presenciais do grupo foram canceladas, algumas delas passaram a manter contato por meio das redes sociais.

Sendo assim, o debate em torno de uma pauta específica das mulheres Sem-Terra ganha força e se consolidam em um processo formativo fluido e conflituoso, cheio de altos e baixos. No período analisado, o número de participantes desse grupo variou entre oito e doze mulheres, sendo que os encontros de amplitude regional chegaram a mobilizar um quantitativo maior. Na tabela abaixo, encontra-se o perfil social das mulheres que se mobilizavam (Quadro 2) em torno dessas atividades com maior frequência nas agendas desse grupo.

Quadro 2 - Perfil social das integrantes do Coletivo Regina Pinho

Identificação ¹⁵	Cor/Raça ¹⁶	Estado Civil	N. Filhos	Ocupação	Escolaridade
-----------------------------	------------------------	--------------	-----------	----------	--------------

ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

¹⁴ Por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, durante o governo Raphael Diniz.

¹⁵ Os nomes utilizados são fictícios.

¹⁶ Categorias de autoidentificação utilizadas pelas integrantes desse grupo.

Margarida	24	Parda	Casada	2	Dona de casa/ Artesã	Ensino Fundamental Incompleto
Dandara	52	Morena	Separada	4	Agricultora	Ensino Fundamental Incompleto
Ir. Doroth	44	Branca	Divorciada	4	Agricultora/ Costureira	Ensino Médio Incompleto
Josefa	34	Negra	Casada	3	Auxiliar Serviços Gerais	Ensino Médio Incompleto
Diolinda	32	Negra	Separada	3	Dona de Casa	Ensino Fundamental Incompleto
Neinha	65	Negra	Casada	6	Aposentada	Não-escolarizada

Fonte: elaborada pelos autores com base na aplicação de questionário (2015).

Conforme dados apresentados acima, é possível observar que a maioria das integrantes desse grupo se identificam como mulheres negras¹⁷. Perfil que está em consonância com o levantamento realizado pelo Censo Agropecuário, o qual registra que cerca de 15 milhões de mulheres viviam em áreas rurais. Esse quantitativo representa 47,5% da população residente no campo. Em relação à cor e à raça dessas habitantes, mais de 56% delas se declararam como pardas; 35%, como brancas; e 7%, como pretas, sendo que as indígenas compõem 1,1% da “população rural feminina”. Quando somadas as categorias pardas, pretas e indígenas, o percentual de mulheres não brancas corresponde a 64,1% da população total abordada (IBGE, 2017).

A maior parte delas era casada, com filhos e tinham baixa escolaridade. Em termos ocupacionais, havia uma variação, Contudo, em geral, elas ocupavam postos de trabalhos precarizados, sobretudo pela sua sazonalidade e/ou informalidade, sendo que grande parte delas recebiam benefícios sociais, como o Bolsa Família. Estudos revelam que grande parte das famílias vivem em assentamentos rurais estão em condições de vulnerabilidade social.

No Brasil, segundo dados do INCRA¹⁸, atualmente existem 9.256 assentamentos em todo o país 969.853 famílias assentadas, das quais 395.867 recebem renda do Bolsa Família, ou seja, 40,82% dos assentados ainda vivem em situação de vulnerabilidade econômica. Esse valor nos mostra que, ou quase a metade das famílias que foram assentadas, mesmo após conseguirem o assentamento, não conseguiram estabilidade financeira suficiente para se manterem apenas com a agricultura, ou que as famílias que acabaram de ser assentadas ainda precisam de uma renda

¹⁷ De acordo com o IBGE, o somatório das pessoas que se identificam e/ou são identificadas como preta ou parda formam a população negra.

¹⁸ Sobre o assunto ver: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index/php>.

extra até ter uma estabilidade na produção agrícola do assentamento. Das regiões do país, o Nordeste é o que possui o maior percentual de famílias assentadas que são beneficiárias do Bolsa Família, com 53,28% delas dependendo de uma renda extra (dos 4.260 assentamentos, 323.280 famílias estão assentadas e 172.229 são beneficiárias do Bolsa Família). A região com o menor número é o Centro-Oeste, com 24,13%. (que possui 1.254 assentamentos, 137.469 famílias assentadas e 33.178 famílias beneficiárias do BF). (Viana; Medeiros, s/d).

Wanderley (2015) ressalta que, embora não corresponda ao maior número do país, a manifestação da pobreza¹⁹, nas áreas rurais, era bastante expressiva, visto que atingia quase metade da população do campo. Essa situação foi agravada devido ao contexto de intensificação da precarização do trabalho, privatização e mercantilização de serviços sociais (Mota, 2018), que afetam, de forma intensa, as mulheres trabalhadoras rurais, sobretudo se forem negras. É nesse contexto que a política de gênero, na perspectiva da inclusão social e produtiva²⁰, ganha centralidade no âmbito da reforma agrária

Desse modo, o fazer político desse grupo aponta para os desafios da garantia dos direitos de cidadania das mulheres trabalhadoras rurais. Trata-se de ressaltar o processo organizativo do Coletivo Regina Pinho como ação política do movimento de mulheres camponesas na região. Na próxima seção, identificamos o formato organizativo desse grupo no sentido ressaltar as estratégias políticas colocadas em curso por ele e as implicações desse debate no campo das políticas de gênero no âmbito da reforma agrária.

2. O Coletivo Regina Pinho em rede

O processo organizativo do Coletivo Regina Pinho constituiu-se a partir de relações políticas que as integrantes desse grupo estabelecem com outros atores sociais, pois elas mobilizam uma rede de relações que lhes possibilita desenvolver um conjunto de ações e projetos colaborativos. Desde a ocupação do Zumbi, houve um incentivo por parte do MST para que as mulheres assentadas ocupassem cargos de liderança seja no assentamento, ou nas instâncias de decisão desse Movimento. As ações desenvolvidas por elas resultaram na realização de projetos coletivos nesse território, área que, em geral, não recebe a devida atenção do poder público.

Contudo as iniciativas delas costumam sofrer descontinuidade devido a conflitos internos entre as participantes, quanto das tensões que emergem da interlocução com os demais movimentos e organizações que atuam nesse território. Ademais, a baixa adesão das

¹⁹ Baseado no critério da linha de pobreza definido pelo Banco Mundial (Wanderley, 2015).

²⁰ Nesse escopo, está o programa Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, em 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_10.pdf. Acesso em: 1 set. 2023.

mulheres, nas atividades propostas por esse grupo, costuma ser explicada pela sobrecarga delas devido as tarefas domésticas e/ou devido à realização de atividades remuneradas fora do assentamento. Entre as integrantes desse grupo, estão aquelas que trabalham a maior parte do tempo no assentamento ou que não trabalham fora de casa. Entre as principais reivindicações delas, estão demandas no âmbito da produção agrícola e de escoamento e comercialização da produção agrícola e artesanal.

Não por acaso, entre as ações desse grupo, destacam-se agendas de caráter produtivo, para a confecção de produtos artesanais e agroindustriais. A pesquisa Regina Bruno mapeou grupos produtivos de mulheres rurais em diversas regiões do país²¹, criados a partir dos anos 2000, em meio a uma conjuntura de incentivo à organização e à implementação de programas voltados para as mulheres e de políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar e de populações tradicionais do campo (Bruno et al., 2011).

Para Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008, p. 229), esses grupos:

constituem espaços de discussão de diferentes problemáticas, não apenas da questão de gênero, mas também de mobilização de diferentes recursos. Os responsáveis pela criação desses grupos nos assentamentos (militantes do MST, técnicos e outros) convivem com as necessidades práticas das mulheres inseridas numa estrutura familiar e econômica típicas da agricultura familiar, que buscam nesses grupos saberes e técnicas que possam ser revertidas em trabalho agrícola e familiar. (Brumer; Anjos, 2008, p. 229).

Assim, as ações das mulheres assentadas ganham maior expressão num contexto político de valorização da agricultura familiar. Esse estudo ressalta ainda que as ações desses grupos estão condicionadas pela disponibilidade de acesso a recursos. A participação delas nesses espaços envolvem uma diversidade de atividades, em geral, consideradas femininas, como artesanato, processamento de alimentos, participação em espaços de comercialização, valorização da produção, distintas formas de produção individual e coletiva e diversos meios de comercialização através da venda a intermediários, estabelecimentos comerciais, venda direta ao consumidor (Brumer; Anjos, 2008). Esse perfil produtivo se assemelha ao adotado pelas integrantes do Coletivo Regina Pinho mulheres, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Quadro 3 - Produção comercializada pelo Coletivo

Produtos vegetais	Produto animal	Produtos processados	Produtos não agrícola
Plantas medicinais e aromáticas	Galinhas, porcos, perus	Bolos, pães, biscoitos, tapioca	Camisas, bolsas, carteiras, etc.

21 Com destaque para o “Grupo Rio Fábrica”, no Pará; o “Grupo Liberdade”, na Paraíba; o “Grupo Fibras e Arte”, no Rio de Janeiro; o “Grupo Anescha” (SC) e o “Grupo Pé da Serra (MT) (Bruno et al., 2011).

Hortaliças e leguminosas Frutíferas	Ovos Leite	Polpa de frutas, geleias e doces Produtos fitoterápicos	Biojóias; brincos, colares, etc. Crochês
-------------------------------------	---------------	--	---

Fonte: produzida pela autora (2013-2015).

De modo que um dos objetivos políticos do Coletivo foi a criação de mecanismos de fortalecimento das experiências de produção e comercialização agrícola e artesanal do assentamento. O Setor de Gênero do MST-RJ tem buscado valorizar o papel das mulheres assentadas na produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxico, pela construção da soberania alimentar e na luta contra o agronegócio (Boletim MST/RJ, 2011). Assim, as ferramentas organizativas das mulheres trabalhadoras rurais visam “à construção de modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e democrático no campo.” (Coletivo Regina Pinho, 2015).

Figura 2 - Coletivo Regina Pinho



Fonte: produzida pelos autores (2018).

Contudo os projetos de diversificação da produção como alternativa de geração de renda em assentamentos rurais para as mulheres não implicam necessariamente em mudanças efetivas nas relações familiares, pois as discriminações e visões patriarcais naturalizam os papéis desenvolvidos por homens e mulheres no cotidiano desses assentamentos (Ferrante *et al.*, 2013). Portanto, “as experiências organizativas das mulheres assentadas seriam estratégias criadas e recriadas em um circuito ampliado de formas organizativas de resistências”, que envolvem diversos autores sociais visando romper com antigas formas de produção (Ferrante *et al.*, 2013, p. 200-201).

Outro aspecto ressaltado nos estudos analisados diz respeito à tendência à desestruturação desses grupos. Ferrante explica que esse fenômeno se dá em razão da falta de apoio governamental e da sazonalidade do trabalho desenvolvido por elas (Ferrante *et al.*, 2013). Esse estudo chama atenção para fatores estruturais do processo de modernização agrícola, que reduziu a demanda de força de trabalho no campo, marginalizando o trabalho das mulheres e jovens (Rosso, 2006).

De modo distinto, Bruno afirma que a instabilidade constitutiva desse processo organizativo se expressa no:

fluxo de entradas e saídas de mulheres nos grupos em razão de problemas de “escoamento da produção, de acesso a mercados, necessidade de equipamentos adequados a produção, dificuldades de acesso a crédito e recursos e qualificação condizentes com a produção/mercado, assim como o insuficiente retorno financeiro desestimula a participação das integrantes [somada] a pressão de seus maridos para que permaneçam em suas casas cuidando da família. (Bruno et al., 2013, p. 227).

Esse estudo reconhece as diferentes formas de opressão sob as quais estão submetidas as mulheres trabalhadoras rurais. No entanto, parte do pressuposto de que as dificuldades desses grupos de se adequarem a lógica de produção se daria em razão do alto grau de racionalidade exigida pela ação econômica. Ainda segundo esse estudo, a solução desse suposto problema estaria nas mediações de várias agências (Sebrae, ONGs, empresas), que procuram dotá-las da racionalidade necessária à operação frente a mercados cada vez mais complexo e diferenciados (Bruno, 2013), portanto caberia a elas se adequar à lógica do mercado liberal. A única saída para elas seria a sua transformação em “empreendedora”, seja de forma individual ou coletiva, no mercado capitalista.

No Coletivo Regina Pinho, os principais motivos da participação estão relacionados a falta de recursos financeiros e a escassez e/ou precariedade de acesso a bens e serviços, como água e transporte público. As integrantes desse grupo definem e enumeram as seguintes barreiras de seu processo organizativo: a falta de informações delas em relação aos mecanismos de participação política dentro e fora do assentamento, além da falta de tempo para participar da agenda do Coletivo e outras instâncias coletivas no assentamento. Outros entraves citados por ele foram a falta de apoio do poder público e o baixo retorno econômico viabilizado a partir dos espaços de comercialização que elas integram, como as denominadas feiras agroecológicas (Entrevista concedida aos autores, 2015).

Na visão de uma jovem assentada, que apoiou a organização desse grupo no Zumbi, “(...) inicia-se, é dado um pontapé; sempre tem alguém que tem mais vontade. (...) fase que se está como muito gás; só que até que o grupo alavanque muitas desanimam!” (Entrevista

concedida a autora, em maio de 2019). Isso ocorreria, segundo ela, pois falta apoio às experiências das mulheres por parte de agências estatais, como Emater e outros órgãos ligados ao Incra, que tendem a ser pontuais, fragmentados e burocratizados.

Assim, mesmo com as mudanças introduzidas nos últimos anos referentes à produção, assistência técnica e linhas de crédito nas políticas da agricultura familiar para igualdade de gênero, as mulheres continuam encontrando muitas dificuldades e obstáculos para terem suas atividades produtivas reconhecidas e apoiadas. (Pimenta, 2006, p. 170).

A literatura analisada tende a ler essas experiências “como estratégias de resistência à situação de subordinação que as mulheres vivenciam, enquanto mulheres, em relação ao poder masculino, seja no que se refere ao modelo produtivo dominante e à subalternidade a que, enquanto grupo social, é condenado o campesinato” (Medeiros; Paulilo, 2013, p. 188). A organização das mulheres e sua atuação por meio de grupos produtivos não devem ser reduzidas apenas a busca de rendimentos, pois esses são também estratégias políticas, portanto “lugar de valorização do trabalho e espaço de fortalecimento da sociabilidade e de amizade entre as mulheres” (Bruno et al., 2011 apud Medeiros; Paulilo, 2013, p. 187).

Sendo assim, as relações estabelecidas entre as mulheres assentadas com diferentes mediadores residem numa racionalidade que transita em relações complexas entre resistências e acomodações. Portanto essas mulheres estariam numa posição de subalternidade social, mas suas estratégias portam aspectos inovadores que interferem no cotidiano no qual estão inseridas, uma vez que geram aprendizados coletivos e fomentam projetos individuais e coletivos (Ferrante et al., 2013). Porquanto,

[...] o Movimento de Mulheres avança na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes no movimento ecologista/ambientalista com elementos trazidos historicamente pelo feminismo. Nesse processo, ao mesmo tempo em que destacam temas como alimentação, saúde e ambiente ressaltam, de forma crítica, suas experiências pessoais como responsáveis pelas tarefas do cuidado e da reprodução dentro da família, questionando a divisão sexual do trabalho, existente no meio rural, [pois] as tarefas relacionadas ao “cuidar” acabam sobrecarregando-as e dificultando sua participação em outras esferas, entre elas a política. (Siliprand, 2013, apud Medeiros; Paulilo, 2013, p. 192).

Esse debate ganha reconhecimento na agenda pública, em diferentes níveis de atuação do estado, a partir da organização política e pressão dos movimentos sociais, num contexto de governos de caráter popular. Em geral, essas políticas buscam promover a autonomia econômica das mulheres rurais e o incentivo a uma cultura organizacional e institucional

visando à promoção da igualdade de gênero. Para isso, buscou fomentar:

[...] alternativas econômicas e da criação de oportunidades específicas, com o intuito de ampliar e fortalecer a participação das mulheres nas atividades produtivas gerais do assentamento, assim como apoio a projetos específicos, por meio de iniciativas de agregação de valor e geração de renda, [e] do resgate das propostas de práticas da medicina tradicional, de artesanato, da valorização de formas tradicionais de poder e projetos de capacitação no campo. (IPEA, 2003, p. 26).

Essas ações buscam responder às demandas de grupos sociais que enfrentam diversas barreiras de acesso ao mercado e ao trabalho, como mulheres e populações rurais. Essa proposta envolve a discussão de questões como a inserção das mulheres em atividades diversificadas de geração de renda, a auto-organização das mulheres, o fomento a estratégias e iniciativas delas em espaços deliberativos de poder, assim como a promoção de debates visando à consolidação de modelos alternativos ao agronegócio²².

O incentivo ao financiamento da produção de grupos de mulheres e à assistência técnica foram considerados como condição básica para o sucesso dessas políticas. Desse modo, os projetos desenvolvidos em seu âmbito passam a reconhecer as relações de gênero como um dos aspectos estruturais das relações sociais no meio rural, pois as mulheres passam a ser tratadas não só como beneficiárias no interior dos núcleos familiares agrícolas, assim como agentes políticos na construção da Reforma Agrária e na consolidação da agricultura familiar.

Ao avaliar os programas políticas adotadas nesse período, Siliprandi (2015) chama atenção para o fato de que esses contavam com ínfimos recursos financeiros. Outrossim, esses projetos geravam rendas pequenas e marginais. Não por acaso, análises de dados estatísticos apontam para a natureza crônica do processo de feminização da pobreza no país²³. O aumento da carga de trabalho das mulheres e a naturalização de papéis de gênero (Siliprandi, 2015 *apud* Lozano, 2017) são também criticadas, já que esse tipo de política não enfrenta a questão do trabalho de cuidado, seja ele remunerado ou não, fortemente marcado pela divisão sexual e racial do trabalho.

Ademais, essas mulheres tendem a se inserir em postos de trabalhos precários, havendo outros marcadores, para além do gênero, que tendem a potencializar as relações de exclusão e de desigualdade no mercado de trabalho, uma vez que recaem sobre elas o peso e as responsabilidades do cuidado doméstico (Ipea, 2011). Além disso, ao estimular a geração de trabalho através do empreendedorismo, esses programas operam no sentido

22 Conforme a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), instituída por meio da Portaria Interministerial MDA/Segov/PR n. 1, de 3 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/plano>. Acesso em: 1 jun. 2023.

23 Sobre assunto, ver o trabalho de Melo et al. (2005). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16>. Acesso em: 1 jun. 2023.

de:

[...] promover condições para que os mais pobres possam adquirir habilidades que lhes permitam ampliar liberdades pessoais e gerar mais condições criar soluções para suas demandas econômicas e políticas. [Isso] reforça a manutenção e ampliação das políticas compensatórias e de alívio da pobreza que acometem grupos sociais vulnerabilizados, como mulheres, negros e pobres. (Mauriel, 2013, p. 107).

O documento “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” retrata que a pobreza tem sexo e cor no Brasil, já que a existência de uma sobrerrepresentação das mulheres negras entre a população mais pobre reflete um processo histórico estruturado a partir da confluência de marcadores sociais, que se manifestam de maneira diferenciada, baseados na confluência de marcadores de classe, gênero e étnico-raciais, funcionam de modo a restringir o exercício da cidadania e a efetivação de direitos delas.

Sendo assim, esse quadro de assimetria e subalternidade posicional das mulheres trabalhadoras rurais não se limita à esfera produtiva; opera por meio de mecanismos institucionais que criam barreiras para o acesso delas a conhecimentos e bens e serviços públicos. Com isso, os agentes públicos também reproduzem lógicas sexistas e racistas que normatizam práticas discriminatórias no acesso a esses serviços, como no caso dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Diniz; Clemente, 2021).

Dagnino chama atenção para necessidade de superarmos o conceito liberal de cidadania dessas políticas. Segundo a autora, a noção de cidadania não se deve restringir aos limites das relações com o Estado, mas ser afirmada principalmente como reconhecimento dos direitos. Portanto, a autora defende a cidadania como um projeto para uma nova sociabilidade (Dagnino, 2014 *apud* Lozano, 2017), o que pressupõe a construção de um projeto de sociedade sem racismo, sexismo e outras formas de dominação.

Nesse caminho, as integrantes do Coletivo Regina Pinho dialogaram com grupos feministas, a exemplo do Coletivo Bárbaras da UFF. A realização do I Seminário de Mulheres Assentadas do Norte-Fluminense²⁴ reflete o amadurecimento desse percurso organizativo, já que é nesse período que elas definem uma agenda política. Nesse diálogo, elas elaboraram uma Moção de Repúdio denunciando a situação de violência contra as mulheres nesse assentamento. Essa plataforma política também inclui demandas visando a melhorias dos serviços públicos nos assentamentos rurais. Essas demandas foram apresentadas para representantes de órgãos da prefeitura de Campos e se constituem em três eixos temáticos: acesso a recursos hídricos e energéticos; fomento à inserção produtiva e ao escoamento da produção agrícola dos assentamentos; e promoção social das mulheres assentadas (Coletivo Regina Pinho, 2017).

²⁴ Com o apoio do projeto de pesquisa e extensão do curso de especialização em Agroecologia e Desenvolvimento de Assentados, coordenado pela MST e UFRRJ.

Essas reivindicações se configuram em torno de questões estruturais para o desenvolvimento de seus territórios e exigem a ação qualificada e intersetorial da gestão pública em nível municipal, estadual e federal, contudo o poder público continua seguindo sem atender grande parte dessas demandas. A confluência desse movimento ganha maior expressão com o engajamento delas em redes, fóruns de discussão de políticas públicas, como o Fórum de Economia Solidária e o Conselho Municipal de Direitos da Mulher²⁵ (Comdim).

A experiência do Coletivo Regina Pinho, como ferramenta organizativa, é parte de um movimento que ganha maior amplitude, por meio de uma rede de atores sociais que contribuiu para visibilizar a ação política das mulheres trabalhadoras rurais na região. A seguir, apresentamos as ideias que orientam as ações do Coletivo Regina Pinho, com objetivo de evidenciar o sentido político adquirido por essa experiência organizativa.

3. Um Coletivo, muitos sentidos

A consolidação do Coletivo criou uma dinâmica política entre mulheres assentadas, pois esse grupo é um espaço para “reunir a mulherada”. Uma vivência coletiva que permite sair “da rotina”, “se descontraír!”. Um espaço de “aprendizado” que envolve o saber “falar/ouvir” de memórias doloridas de luta, de partilha de afetos. Nessa cumplicidade, elas defendem uma política do “bem viver”, no sentido de estabelecer “redes de proteção e autocuidado baseados em saberes ancestrais de cura”. Ademais, essas mulheres promovem várias iniciativas buscando o fortalecimento de seus territórios (CPT, 2020).

Contudo esse processo organizativo não se dá sem conflitos, pois, segundo algumas delas, as instâncias de decisão política costumam não responder às demandas das mulheres que vivem e/ou trabalham nesse assentamento, contudo, para algumas delas, são as mulheres que não têm interesse em participar desses espaços (Entrevista concedida à autora, 2015). Em parte, essas percepções parecem refletir disputas de poder e divergências políticas entre as lideranças desse assentamento. Esses conflitos tendem a gerar constantes cisões e dificultam a gestão coletiva e a participação efetiva das famílias assentadas, especialmente das mulheres e jovens, na tomada de decisões sobre os projetos de desenvolvimento nesse assentamento.

No Coletivo Regina Pinho, também há posições conflitantes em relação à adesão política das mulheres a essas instâncias políticas nesse território, pois parte delas sinalizaram que “falta apreender a trabalhar no coletivo”. Outras ainda afirmam que “não conhecer”, ou seja, elas não têm acesso a informações que lhes possibilitem participar dessas instâncias (Entrevista concedida à autora, 2020).

²⁵ Período que as mulheres trabalhadoras rurais passam a reivindicar assento nesse órgão (Comdim, 2016).

Além disso, elas também chamam atenção para as tensões existentes nas relações que estabelecem com as lideranças ligadas às instâncias políticas de outras organizações que também atuam no Zumbi, como a CPT. Segundo elas, as lideranças dessa entidade teriam maior poder de mobilização das mulheres assentadas que o Coletivo. Não por acaso, uma das fragilidades relatadas em relação ao processo organizativo delas, seria a falta *legitimidade do grupo* dentro do assentamento.

Essas tensões não impediram o estabelecimento de diálogos entre elas e demais ativistas, uma vez que a CPT e outras organizações de apoio à luta pela terra mantêm o apoio à agenda desse Coletivo. Assim, o fazer político de mulheres em vistas da garantia de direitos aponta para a complexa dinâmica organizativa das mulheres trabalhadoras rurais na região, já que elas formulam ideias e (re)criam ferramentas políticas configuradas em diferentes formas de luta em seu cotidiano.

A política de gênero pelo MST possibilita a criação de espaços de participação para as mulheres, tanto nas instâncias desse Movimento, quanto em espaços de decisão nos acampamentos e assentamentos rurais, contudo “a igualdade de participação entre homens e mulheres nas instâncias de poder dessa organização permanece como um desafio, pois a participação da mulher, tanto em quantidade quanto em qualidade, é limitada, apesar dos sucessivos investimentos para sua ampliação.” (Furlin, 2006, *apud* Medeiros; Paulilo, 2013, p. 190).

Ademais, a incorporação da pauta de gênero não significa adesão desse movimento às pautas feministas. Esse posicionamento não invalida o fato de elas lutarem pela emancipação das mulheres. Ainda assim, não é possível negar a influência do movimento feminista no conjunto das organizações de mulheres rurais, especialmente no que se refere à incorporação de temas relacionados a pautas como direitos de igualdade de gênero, a invisibilização do trabalho feminino no campo e a denúncia em relação à forma de organização da sociedade, que subalterniza as mulheres (Schwendler, 2017).

Nahra (2021) registra a falta de reconhecimento pela base social desse movimento sobre o que é de fato o feminismo, chamando atenção para as posições divergentes em relação a algumas das pautas feministas, como questões referentes à sexualidade e ao aborto. Ainda assim, avalia que o feminismo está na base da formação política das mulheres sem-terra com iniciativas, principalmente nos processos de formação, que vão desde o aprofundamento teórico voltado para as mulheres em cursos de formação a espaços constituídos na perspectiva de gênero.

As integrantes do Coletivo costumam se identificar como parte do “movimento de mulheres” e/ou “movimento de mulheres Sem-Terra”, enquanto uma pequena parte

delas se posiciona como “movimento feminista” (Entrevista concedida à autora, 2020). Schwendler (2017) explica que as mulheres Sem-Terra inseridas nos espaços de formação e de decisão do MST nem sempre se declararam ou se reconheciam como feministas, tanto devido à influência da igreja católica no processo organizativo das mulheres rurais, quanto à dificuldade do movimento feminista em acolher as demandas das mulheres camponesas, isso porque, de início, a pauta feminista caracterizava-se por um forte viés urbano, tendo as questões étnico raciais, principalmente relacionadas às mulheres camponesas quilombolas e indígenas, ocupado espaços marginais (Paulilo, 2016, Lazaretti, 2021).

Para as mulheres sem-terra, o feminismo camponês e popular é uma formulação política, organizativa e teórica das mulheres camponesas²⁶ em seus processos organizativos (MST, 2019). Essa concepção incorpora uma reflexão coletiva das mulheres do campo, que reflete um *ethos* identitário e político com a terra e o território. A centralidade dessa proposta envolve questões como o trabalho, as relações de produção no meio rural, o combate à violência contra as mulheres e a defesa da agroecologia e da soberania alimentar como base de um novo modelo de sociedade justa e sem opressão social (Lazaretti, 2021).

Ao reivindicar o feminismo²⁷ como ferramenta política, elas refutam as correntes do feminismo liberal e aproximam-se das vertentes dos feminismos²⁸ comprometidos com as transformações sociais mais amplas (Butto, 2017; Barbosa, 2019 *apud* Lazaretti, 2021). Essa discussão envolve também questões como os limites da representação política, já que as mulheres camponesas não se sentem contempladas pelo feminismo hegemônico (Paulilo, 2016), isso porque as propostas dessa corrente feminista reproduzem as orientações de agências multilaterais, como o Banco Mundial, implementadas nos últimos anos, nos países de capitalismo periférico, que apenas minimizam os efeitos perversos do processo de expropriação e precarização social (Mota, 2018).

Num sentido contrário, as mulheres Sem-Terra atuam de modo a romper com os mecanismos de exploração capitalista/opressão patriarcal e racista. Nesse caminho, também estão as mulheres indígenas²⁹ que defendem a ideia do “bem viver”. De acordo com essa visão de mundo, a economia deveria ser organizada a partir das necessidades da população e não com a finalidade acumular capitais. Desse modo, urge romper com as estruturas de opressões sociais e promover à democratização do acesso aos recursos gerados em nossa sociedade (Acosta, 2012).

26 Dentre elas, as mulheres sem-terra, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, negras e da sua diversidade, suas histórias de lutas, da história do feminismo revolucionário e do marxismo (MST, 2017).

27 Carta de amor e luta das mulheres Sem Terra (2022). Disponível em: Carta aberta de amor e de luta das Mulheres Sem Terra - MST. Acesso em: 1 jun. 2022.

28 Especialmente o feminismo marxista ou socialista (Paulilo, 2013).

29 Marcha das Mulheres Indígenas (2019). Disponível em: Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final: “lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida” | Cimi. Acesso em: 1 jun. 2023.

Em sintonia com essa cosmovisão, vários grupos e entidades de mulheres negras defendem o direito à vida, direito a humanidade, pelo direito de ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças durante a *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a violência e pelo bem viver como nova utopia*, em 2015.

[E chamaram a atenção para] a sabedoria milenar herdada de nossos ancestrais traduzida na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza, política e da cultura que estabelece sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os) (Geledés, 2015).

Um feminismo latinoamericano centrado na experiência das amefricanas como proposto por Lélia Gonzalez. Trata-se de recuperar a memória de luta de nossas ancestrais no contexto da invasão colonial ou na proposição de Lugones (2014) um feminismo decolonial. Nas palavras da pesquisadora nigeriana Oyèrónk Oyěwùmí (2021), na epistemologia loruba, o determinismo biológico não era preponderante, portanto, a dualidade corpo-mente nem corpos generificados uma construção recente na história desse povo. A memória de luta delas pode inspirar a criação de ferramentas contra as várias violências, como o patriarcado, racismo, classismo.

Em sua diversidade, as mulheres ressignificam o feminismo de acordo com suas vivências cotidianas e estimulam a conquista de direitos coletivos. Um percurso que aponta para o desafio de pensar caminhos para superação das opressões e das desigualdades de gênero, raça e classe, entre outras formas de poder baseadas em hierarquias e discriminações sociais.

Conclusão

As mulheres trabalhadoras rurais ganharam visibilidade política no cenário nacional. No MST, a participação política das mulheres é fruto de uma política de gênero adotada visando à criação de espaços para a participação delas, tanto nas instâncias desse Movimento, quanto nos espaços de decisão dos acampamentos e assentamentos rurais, com o apoio de mediadores, como a CPT.

A abordagem das ações do Coletivo Regina Pinho nos permitiu evidenciar a forma pela qual esse grupo se constituiu como espaço de articulação política de mulheres Sem-Terra na região, pois essa ferramenta organizativa contribuiu para a definição de estratégias políticas visando à melhoria das condições de vida das famílias assentadas, assim como fomentou a construção de projetos coletivos, tais como ações que visam à diversificação da produção e à criação de canais de comercialização para o escoamento dos produtos

agrícolas e artesanal desse assentamento.

Ademais evidenciamos que esse formato organizativo se configura por meio de circuito de grupos e de organizações que colocam em curso estratégias que objetivam a permanência das famílias assentadas na terra. Esse processo formativo gera aprendizados que fundamentam o fazer político dessas mulheres nesse assentamento, no entanto suas experiências organizativas sofrem constantes (re)fluxos dados a lógica que orienta a implementação das políticas agrárias agrícolas dos projetos de desenvolvimentos dos assentamentos da reforma agrária. Assim, as ações desse grupo conflitam com as políticas em curso nesse assentamento, capturado pela lógica de produção capitalista, que produz formas de opressão e exploração distintas, que têm impactos diversos sobre a vida das mulheres assentadas.

A análise sobre essa experiência aponta para a necessidade de estudos que contribuam com o aprofundamento das propostas de emancipação política das mulheres, no sentido de reconhecimento dos direitos de cidadania delas, em sua diversidade, dada a necessidade de superação de vários tipos de desigualdades a que estão submetidas as mulheres camponesas, tais como as opressões de raça, gênero e classe. Enfim, tornam-se relevante abordagens antirracista e feminista para o combate às desigualdades sociais, alicerçadas em estruturas de caráter multidimensionais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. O bem viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Quito: Elefante, 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A evolução do espaço agrário fluminense.

GEOgraphia, ano 7, n. 13, p. 49-70, jan./dez. 2005. Disponível em:

<https://scholar.archive.org/work/al4qxqa33vbx5az5hznd7s52zi/access/wayback/http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13501/870>. Acesso em: 9 out. 2022.

BOLETIM MST, Rio de Janeiro, n. 28, 2011.

BORDALO, Caroline Araujo. Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres rurais em Pernambuco. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

https://institucional.ufrrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.disserta%C3%A7%C3%A3o_Caroline_Ara%C3%BAjo_Bordalo.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (org.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília, DF: MDA, 2008. (p. 217-240).

BRUNO, Regina et al. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). Autonomia e Cidadania: política de organização produtiva para as mulheres no meio rural. 1. ed. Brasília, DF: MDA, 2011. p. 55-86.

BRUNO, Regina et al. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 217-236).

CAPPELIN, P. Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986. UFPB: Fundação Carlos Chagas, 1987.

CARTA DAS MULHERES Negras. Geledes, [s. l.], 2015. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

COSTA, Bia (org.). Uma experiência de Saúde Alternativa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Capina, 2004. (Coletânea Reinventando o Trabalho).

COLETIVO REGINA PINHO. I Seminário de Mulheres Assentadas NF. Campos dos Goytacazes:

Coletivo Regina Pinho, 2014.

COLETIVO REGINA PINHO. Carta de Reinvidicações. Campos dos Goytacazes: Coletivo Regina Pinho, 2015.

COLETIVO REGINA PINHO. Moção de Repúdio. Campos dos Goytacazes: Coletivo Regina Pinho, 2015.

COLETIVO REGINA PINHO. Carta Política. Campos dos Goytacazes: Coletivo Regina Pinho, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Multiplicando Papéis no Assentamento: mulheres e agroecologia. Rio de Janeiro, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo Brasil. Goiânia: CPT, 2020.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. Revista de Estudos Femininos, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/msym4LnpmqCbHjSdSJqzyg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2022.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista, uma hermenêutica das diferenças. Estudos Feministas, [s. l.], n. 2, v. 94, p. 373-382, jan./dez. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16219/14766>. Acesso em: 9 out. 2022.

DINIZ, Raphael F.; CLEMENTE, Evandro C. A natureza classista, sexista, racista e regionalista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil: Uma análise espaço temporal dos dados do Censo Agropecuário 2006 e 2017. Revista 3ª Margem Amazônia, [s. l.], v. 7, n. 17, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/421>. Acesso em: 1 dez. 2023.

ENTREVISTA CONCEDIDA à autora. Cadernos de Campo, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

ESMERALDO, Gema G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 237-256).

ESTRUTURAR. Plano de Recuperação de Assentamento (PRA). Campos dos Goytacazes: Estruturar, 2006.

FERRANTE, Vera Lucia S. B. et al. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 195-216).

FERREIRA, M. A. S. O. A campanha da fraternidade ecumênica de 2016 na perspectiva do ecumenismo e da justiça social. In: CISNE, L. F. R. et al. (org.). Vulnerabilidade e Justiça Socioambiental. Recife: Unicap, 2017. (p. 13-23).

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 257-282).

GELEDÉS. Carta das Mulheres Negras 2015. Portal Geledés, [s. l.], 18 nov. 2015.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agro 2017. [s. l.]: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília, DF: Ipea, 2003. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/9_1.pdf. Acesso: 10 nov. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) et al. Retratos das

desigualdades de gênero e raça. 4. ed. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

LAZZARETTI, Vanessa. Resignificar para reconhecer: o feminismo camponês e popular no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2021.

LEWIN, Helena et al. Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2005.

LOZANO, Marie-Anne S. Pereira Leal Lozano. Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2017.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

MAGRINI, Pedro Rosas. Produção acadêmica sobre o MST: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. 377 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134927/334175.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

MANHÃES, Manuela C.; PEDLOWSKI, Marco Antônio. Gênero e produção agrícola: um estudo sobre a participação feminina no processo de reforma agrária no município de Campos dos Goytacazes - RJ. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL - ALASUR, 6., 2002, Porto Alegre. Anais [...]. Porto

Alegre: UFRGS, 2002. p. 561-566.

MARTINS, V. R. S. DA. A experiência organizativa do Coletivo Regina Pinho no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, RJ. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2015.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. Em pauta, Rio de Janeiro, v. 11, n. 13, p. 97-117, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7561>.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; PAULILO, Maria Igenes. Apresentação. In:

MEDEIROS, L. S.; NEVES, D. P. (org.). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 187-194).

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, I. (org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo, SP: Cortez, 2018. (p. 167-186).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Feminismo camponês e popular: processos históricos, fundamentos e metodologias para compreender a diversidade e a luta da mulher camponesa no Brasil. [s. l.], MST, 2019.

NAHRA, Alessandra. Mulheres e MST: as múltiplas facetas do feminismo no campo.

Terra com t minúsculo. [s. l.]: 1 out. 2021. Disponível em:

<https://www.modifica.com.br/movimento-sem-terra-feminismo/>. Acesso em: 1 dez. 2022.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónk . A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAULILO, Maria Igenes S.; BONI, Valdete. Movimento de mulheres agricultoras e agroecologia. In: PAULILO, Maria I. (org.). Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. (p. 344-383).

ROSSO, Kelem Ghellerem. Trabalho feminino no campo e na cidade: as contribuições de Heleieth Saffioti. *Revista Mosaico Social*, [s. l.], ano 3, n. 3, p. 125-135, jan./dez. 2006.

Disponível em: <https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-83.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

SCHWENDLER, Sonia F. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. In: TAMANINI, M.; BOSCHILI, R.; SCHWENDLER, S. F. (org.). *Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade*. Curitiba: UFPR, 2017. p. 143-174.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia. Transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRRJ, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *RESR*, Piracicaba, v. 52, p. S025-S044, jan./dez. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2022.

VIANA, Ananda da Silveira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentados e Bolsa

Família: uma análise dos índices de famílias assentadas que recebem o benefício social. Seropédica: UFRJ, s/d. Disponível em:

<https://eventos.ufrrj.br/raic/files/2016/06/2561-9597-1-SM.pdf> Acesso em: 1 jul. 2023.